

Aeronautica divulga documento contra anistia

Encaminhado aos constituintes, o texto aponta inconveniências de inclusão na nova Carta



O presidencialismo e o rotacionamento da Federação foram assuntos da sessão de ontem da Constituinte

Ainda vazia a discussão no plenário

Um federalismo novo, com ênfase ao poder político regional, é o que espera ver incluído, entre os artigos relativos à Federação e aos Estados, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). Já o deputado José Moura (PFL-PE) acha que a nova Constituição deve estabelecer o presidencialismo como sistema de Governo. "pois, como dizia JK, é a forma mais genuinamente ligada às aspirações do povo brasileiro". Estes foram apenas dois dos assuntos tratados ontem na sessão da Assembleia Nacional Constituinte, no 13º dia de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

José Moura leu um longo discurso, usando todos os 20 minutos que cabiam ao seu pronunciamento, sem ser interrompido por pedidos de aparte. O mesmo aconteceu com Mansueto de Lavor, que pôde usar seu tempo à vontade na defesa do fortalecimento das regiões. Além deles, a deputada Irma Passoni (PT-SP) subiu à tribuna para defender mecanismos constitucionais que garantam os direitos da população brasileira; o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) denunciou as intenções da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, Fenen, de invadir o Congresso e exercer até pressão física para ver aprovados seus interesses; a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu os direitos do negro, lembrando que os avanços obtidos na ordem social devem ser acompanhados, com equilíbrio, na ordem econômica.

O discurso de José Moura, em defesa do presidencialismo, mostrou todos os ingredientes tradicionais dos presidencialistas. Ele defende um modelo de governo em que o Presidente tenha respaldo popular, uma Constituição moderna e justa e um Legislativo forte e atuante.

PFL prepara um substitutivo sem estabilidade

Rio — O PFL deverá apresentar, até o dia 13 de agosto, um substitutivo ao anteprojeto da Constituição, para que as propostas de estabilidade no emprego e jornada de trabalho de 40 horas semanais sejam revistas. Nos próximos dias, o deputado federal Alvaro Valle (PL-RJ) estará encaminhando ao plenário da Constituinte uma emenda nesse sentido. A preocupação nesse caso, é tão grande que o senador Marco Maciel, presidente do PFL, esteve reunido ontem, a portas fechadas, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, com empresários e políticos.

Amaru Temporal, presidente da ACRJ; Sérgio Quintella, presidente do PFL-RJ; Hélio Paulo Ferraz e os deputados Rubem Medina (PFL), Francisco Dornelles (PFL) e Alvaro Valle (PL) foram alguns dos participantes da reunião. Ao final, Marco Maciel alegou que o motivo do encontro era a formação de um pacto político para a transição do País. No entanto, ele declarou-se claramente contra a estabilidade no emprego — "isso deve ser regulado por lei complementar, não é assunto para a Constituinte", disse — e a redução da jornada de trabalho. No seu entender, trabalhador brasileiro precisa é ganhar mais e não trabalhar menos.

PRAZO

Marco Maciel está ainda preocupado que a emenda de Alvaro Valle não seja o suficiente para tentar fazer frente ao anteprojeto de Constituinte aprovado pela Comissão de Sistematização, cujo relator é o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Para isso, o PFL quer estender de 48 horas para

uma semana o prazo de avaliação do substitutivo com a condição de que ele seja endossado, pelo menos, por 188 constituintes. O ideal, entende o senador, é que se forme um grupo suprapartidário para avaliação do regime interno da Constituinte.

Sérgio Quintella, presidente do PFL-RJ, destacou que os empresários estão preocupados com o isolamento do País em relação ao mercado internacional. Quintella afirmou que há uma preocupação desses empresários no sentido de que a economia brasileira não seja marcada ideologicamente por nenhum grupo, "para que todos os setores avancem", alegou. Além disso, disse, é preciso evitar uma excessiva regulamentação do mercado pelo Estado.

URBANISMO

O relator da Comissão de Sistematização vai colocar no seu relatório, mecanismos que garantam a vida nas áreas urbanas. A promessa do deputado Bernardo Cabral foi feita à deputada Irma Passoni (PT-SP), que o procurou, preocupada com as condições de vida da população brasileira nos perímetros urbanos.

Garantir a moradia com a infra-estrutura necessária como transporte, saúde, lazer, escola, água e luz, é um dever do Estado, e segundo a deputada paulista, deve estar contida na Constituição.

Constituições de outros países são antigas e não contemplam devidamente a questão do desenvolvimento urbano. Segundo Irma Passoni, "o Brasil está vivendo um processo muito acelerado de desenvolvimento urbano e deve inovar na Constituição".

Marinha faz debate político

Os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Prisco Viana (PMDB-BA), Ricardo Fluzza (PFL-PE), Expedito Machado (PMDB-CE) e os senadores José Richa (PMDB-PR) e José Fogaca (PMDB-RS) participaram de debates com mais de cem oficiais da Marinha, na Escola de Guerra Naval, quinta-feira, das 8h30 às 17 horas.

O mediador do debate será o capitão-de-mar-e-guerra, Luis Paulo Aguiar Reguffe, assessor parlamentar do Ministério da Marinha e instrutor daquele estabelecimento por mais de três anos. Reguffe mediará os debates que os mais de cem oficiais terão com os parlamentares depois que estes tiverem feito exposições sobre o tema: Constituição.

Os parlamentares ficarão o dia inteiro dedicados ao debate com os oficiais, havendo um pequeno intervalo para almoço na própria Escola de Guerra Naval. Além das preocupações com todos os temas que empolgam a Constituinte — do papel do Estado na economia às reformas sociais — os oficiais estão preocupados com o problema do reequipamento da Marinha brasileira.

Groff panfleta e acusa Sarney por sua prisão

Rio — O bioquímico Danilo Groff participa hoje de ato público pela revogação da Lei de Segurança Nacional, em São Paulo. Danilo, libertado pela Polícia Federal na última sexta-feira, acusou o presidente José Sarney de ter decidido diretamente sua prisão. Já no final de semana o bioquímico acusado de comandar as manifestações contra o Presidente no Paço Imperial, participou de panfletagem organizada pelo Comitê Pró-Diretas em São Cristóvão, no Rio.

Em entrevista hoje Danilo Groff voltou a afirmar sua inocência e dizer que não está preocupado com a perspectiva de voltar a ser preso. Segundo o bioquímico, a Justiça não tem provas contra ele. Mas quem não decidir isto é o juiz da 2ª Auditoria da Marinha, Roberto de Lima e Silva, que deve hoje tornar pública sua posição.

Mineiros terão banco de dados da Constituinte

Belo Horizonte — Minas Gerais terá um espaço totalmente reservado à informação e divulgação das emendas e projetos em tramitação na constituinte, até sua fase final com a promulgação da nova constituição. E o Espaço Mineiro Pró-Memória da Constituinte, que será inaugurado no próximo dia 31, no saguão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e que terá ainda um trailer móvel que servirá a população em vários pontos da cidade.

A iniciativa de se implantar em Minas Gerais um projeto pioneiro neste setor é da vice-governadora Junia Marise, para quem "a centralização em sala própria de todos os trabalhos ligados ao processo de elaboração da nova constituição federal, representa a democratização das informações, levando ao povo toda e qualquer notícia sobre o que se está discutindo no Congresso Nacional".

Canal moderno e dinâmico entre a população e os seus representantes na assembleia nacional constituinte, o programa Memória da Constituinte foi elaborado com o apoio da Fundação Nacional Pró-Memória e Ministério da Cultura e em Minas Gerais terá ainda o apoio técnico de empresas ligadas ao setor de informática como a Espress Informática, Embratel, Telemig, Prodemeis e outras. Através de terminais a população terá acesso aos bancos de dados da Fundação Getúlio Vargas, da Embratel, e ao Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

O gabinete do ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, encaminhou ontem aos constituintes um amplo documento mostrando as inconveniências da aprovação da anistia, incluída no anteprojeto da Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. O projeto beneficia todos os punidos por atos administrativos e baseados nos atos institucionais durante os governos militares, dando o direito ao retorno à ativa com as promoções a que teriam direito se tivessem permanecido no serviço ativo, inclusive com o ressarcimento indenizatório relativo ao tempo que passaram fora da tropa.

Segundo esclarecimentos feitos ontem à imprensa pela assessoria parlamentar do gabinete de Moreira Lima, o Ministério da Aeronáutica ao encaminhar o documento aos constituintes deseja esclarecer sua posição em relação aos problemas que a aprovação do projeto pode trazer à tropa e aos próprios anistiados no exercício da profissão, tais como a falta da indispensável qualificação técnico-profissional dentro da cadeia de comando.

O documento no seu quarto tópico destaca que "diverso é o caminho, percorrido quando, com a consciência tranquila, aceita-se o debate de temas trazidos à discussão por mais absurdos que pareçam os argumentos que constituem o arcabouço da sustentação das ideias", numa nitida indicação de que o ministério, apesar de se posicionar contra a aprova-

ção do projeto, aceita a decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte, admitiram os assessores do ministro Moreira Lima.

O projeto de anistia inclui três itens importantes: a promoção, a reintegração aos postos imediatos das carreiras dos punidos e o ressarcimento dos prejuízos financeiros. A promoção, segundo o desejo dos prejudicados, seria ampla atingindo o generalato, considerando-se satisfeitas todas as exigências legais que facultam o acesso a tais postos. A luz da legislação em vigor, os militares têm as seguintes perspectivas de carreira, na ativa:

a) — oficiais oriundos da Escola de Formação, ascendem até o posto de coronel, dentro dos critérios de antiguidade e merecimento; b) — oficiais de outras origens; diferentes postos em função de suas formações e dos quadros a que pertencem. O sargento (graduado) atingirá o máximo posto que é o de suboficial, com cursos de formação de sargentos (CAS), exigência que a maioria dos punidos não satisfaz.

Há na complexa legislação de promoções e vencimentos dos militares, uma série de situações, tais como condições distintas para os militares que deixam a ativa com menos de 30 anos de serviços, para os que deixam a tropa excluídos, e para os que até deixam o serviço ativo indenizando a força, como é o caso de um oficial do posto

de tenente-aviador, com menos de cinco anos de serviço.

No Ministério da Aeronáutica só não foram reintegrados à tropa os oficiais, muitos sargentos foram reincorporados e completaram o tempo de serviço, passando à reserva pelos padrões legais vigentes à época. Os demitidos, segundo esclarece a assessoria do ministro, foram reintegrados nas mesmas condições dos anteriores, passando ex-officio para a reserva, com vencimentos normais na inatividade, obtendo também promoções de acordo com suas habilitações.

Os únicos militares e civis não beneficiados foram aqueles não anistiados em 1979 por haver sido condenado por crime de sangue e outros não menos graves — acrescenta o documento do gabinete do ministro, encaminhado inicialmente a todas as organizações militares do Ministério da Aeronáutica.

No quadro de anistia já cumprida pelo Ministério da Aeronáutica figuram 185 militares transferidos e/ou reformados (83 oficiais, 102 suboficiais e sargentos); demitidos: 243 (48 oficiais, 171 suboficiais e sargentos, dois taifeiros, 22 civis); expulsos: 40 suboficiais e sargentos, aposentados: 19 civis, somando 131 oficiais, 313 suboficiais e sargentos, dois taifeiros, 41 civis num total de 487. Foram reintegrados ao serviço ativo um suboficial, 13 sargentos (dos quais dois ainda se encontram na ativa) e 15 civis, já aposentados.

Constituinte pode alterar regimento

Senador Afonso Arinos de Mello Franco (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, terá um encontro hoje com o deputado Ulysses Guimarães para acertar algumas mudanças no regimento interno que poderão modificar por completo a tramitação do projeto da nova Carta. Uma das mudanças já praticamente definidas seria a dilatação do prazo de discussão do projeto na Comissão de Sistematização, adiando-se sua primeira discussão em plenário, que pelo cronograma original deveria ter início no dia 20 de agosto.

O ponto de partida para essa modificação são duas propostas que visam a alterar o regimento interno da Constituinte: uma do deputado José Lins (PDS-CE), que defende a apresentação de emendas ao substitutivo que o senador Bernardo Cabral vai elaborar; outra, do deputado Alvaro Valle (PL-RJ), que propõe a

apresentação de substitutivos inteiros aos capítulos do projeto do relator Bernardo Cabral. As mudanças, que já teriam a concordância de Ulysses Guimarães, permitirão que o substitutivo do relator após ser votado e aprovado na Comissão de Sistematização não vá de imediato para o plenário, como está previsto no Regimento. O substitutivo do relator permanecerá na Comissão, onde poderá ser emendada por qualquer constituinte. Discute-se, agora, se essas emendas poderão ser amplas ou restritas aos itens em que houver inovação pelo relator.

Pelo sistema atual, o substitutivo, uma vez aprovado, iria para o plenário, onde poderia ser emendado no prazo de 48 horas, após o que retornaria à Comissão de Sistematização. A alteração visa a fazer com que ela já sala na Comissão de Sistematização em sua redação definitiva, pronta para ser votada. Isto facilitará o exame dos destaques.



Irma Passoni reclama pela falta de interesse

Se existisse algum instrumento capaz de medir o calor do debate constitucional, ele certamente teria registrado ontem no plenário da Constituinte uma das temperaturas mais baixas desde que começou a fase de discussão do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização. O primeiro orador inscrito, José Moura (PFL-PE), leu um longo e monótono discurso em defesa do presidencialismo, que quase fez dormir o senador Wilson Martins (PMDB-MS).

Não houve um único aparte ao discurso do deputado pelista, o que levou a segunda oradora, a deputada Irma Passoni (PT-SP), a abrir o seu pronunciamento comentando a falta de debate. Irma, inscrita para falar sobre questão urbana, observou que só tem sentido subir à tribuna quando há debate, porque senão é mais fácil entregar o discurso escrito para ser transcrito nos anais, sem lê-lo em voz alta.

Embora tenha abordado de maneira interessante o seu tema — a questão urbana —, Irma não teve maior sorte que José Moura. Ela falou durante mais de vinte minutos sem ser interrompida por uma única vez. As galerias, porém mostraram-se bem mais sensíveis e interessadas na fala da deputada petista. O discurso de Irma foi interrompido pelas palmas do público, e ela então passou a se dirigir à galeria.

— Agradeço às pessoas que estão nas galerias. Já vi dezenas de expressões de pessoas que passam por aqui e dizem: "isto é Constituinte?". Espero que vocês não se decepcionem. É muito importante a presença de vocês aqui, porque realmente, querendo ou não, aqui também se decide o destino do País — desabafou Irma, incentivando o pessoal das galerias a participarem dos abaixo-assinados e da pressão popular pela aprovação das teses que lhes interessam.

O primeiro aparte da sessão de ontem aconteceu quase uma hora depois de iniciado o "debate" constitucional, durante o discurso do senador Wilson Martins sobre reforma agrária. Não seria ainda desta vez, porém, que algum tipo de polêmica iria balançar o marasma da sessão.

Os aparteadores Chagas Rodrigues (PMDB-PI) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ) interromperam Wilson Martins para elogiar a forma como ele abordava a questão. "Subscrevo os conceitos equilibrados, lúcidos, democráticos e realistas que Vossa Excelência vem emitindo", disse Adolfo de Oliveira.

O deputado Mansueto de Lavor (PMDB-PE), de acordo com a ordem do dia, deveria falar sobre mandato presidencial, tema que prometia alguma polêmica. Mas ele acabou discorrendo longamente sobre a questão do federalismo brasileiro — como é e como deveria ser — e atravessou os vinte minutos regimentais sem receber qualquer aparte.

Ulysses define hoje as sessões extras

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), prometeu para hoje uma definição concreta sobre as propostas de modificação do processo de discussão dos artigos do projeto de Constituição em plenário, com a convocação de sessões extraordinárias para debate de temas constitucionais específicos e prioritários. Até agora só ficou acertado que estas sessões serão realizadas a partir da próxima terça-feira, dia 4 de agosto, até o dia 21, com a abordagem de temas polêmicos.

Quase todos os líderes concordaram com a proposta levantada pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e formalizada com uma sugestão de calendário por Bocayuva Cunha (PDT-RJ). O próprio Ulysses Guimarães se encarregou de coordenar o entendimento com os líderes, enviando-lhes uma correspondência com a sugestão para que se manifestassem sobre o assunto. Informalmente eles se mostraram favoráveis, com exceção do líder do PL, Adolpho de Oliveira, que condenou a convocação de extraordinárias com temas candentes específicos.

Arinos tem emenda parlamentarista

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-MG), apresentará emenda ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) instituindo o sistema parlamentarista. A proposta de Arinos assemelha-se ao parlamentarismo clássico, com dissolução do Congresso e atribuição ao primeiro-ministro o Poder Executivo.

Arinos também está muito preocupado com a possibilidade de aprovação da revisão territorial do País. Ele pretende encaminhar uma emenda ao relator estabelecendo mais exigências para a criação de novos Estados, pois não concorda com o que o Triângulo seja retirado de Minas Gerais.

A repercussão da decisão do senador Afonso Arinos em formalizar uma proposta em favor

do sistema parlamentarista foi muito grande pela sua posição com presidente da Comissão de Sistematização e por ter sido o presidente da Comissão de Notáveis que, nomeada pelo presidente José Sarney, preparou e entregou-lhe um anteprojeto de Constituição. A proposição não foi encaminhada à Constituinte, de acordo com informações extra-oficiais, porque estipulava o sistema parlamentarista.

A tendência predominante na Constituinte é pela mudança de regime, faltando apenas definir a extensão das alterações. Há, a rigor, três grupos. Os presidencialistas, que são minoritários, os que defendem o presidencialismo mitigado e os parlamentaristas. Entre esses dois grupos a linha de divisão é muito tênue, porque são várias as proposições sobre o parlamentarismo híbrido.

O próprio presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que é presidencialista, está convencido da aprovação de alguma forma de parlamentarismo, com cinco anos para Sarney.

Conteúdo da Constituição

JOSAPHAT MARINHO

Um dos principais motivos da conveniência de entendimento interpartidário, na Assembleia Nacional Constituinte, assenta na necessidade de delinear-se, tecnicamente, o conteúdo do texto fundamental. Não basta, para tanto, que haja uma Comissão de Sistematização. O preparo de um anteprojeto e de um projeto de Constituição, por esse ógão, já deixou claramente visto que não será fonte, por si só, de que emane um contexto representativo de consenso. A comissão, por extensão, seja seu poder, trabalhará sobre as sugestões constantes das emendas dos constituintes. Não terá, portanto, condições plenas para compor o ordenamento constitucional. Poderá traçar-lhe a estrutura conveniente, mas este, embora relevante, é o aspecto formal. A substância do texto, em assembleia de intensa pluralidade de ideias e com grupos de posições radicais, depende de prévia conciliação das forças políticas, e não de simples competência regimental.

Os dois conglomerados de disposições já redigidos como esboço de sistematização confirmam este raciocínio. Além de imprecisa redação, faltam método na distribuição das matérias, clareza nos conceitos, harmonia nas provisões, e sobram normas estranhas à essência de uma Constituição. Veja-se o documento já elaborado como projeto da Comissão de Sistematização, e agora objeto de emendas. Não modificou a confusa distribuição das matérias. Não suprimiu as redundâncias. Não corrigiu impropriedades, nem eliminou, devidamente, conflitos e repetições. No preâmbulo, a ideia de liberdade, fraternidade, igualdade, sem nenhuma distinção, desdobra-se, dispensavelmente,

te, no intuito de "observância dos direitos fundamentais da pessoa humana" e de "equitativa distribuição dos bens materiais e culturais". No artigo 5º, prevê-se a submissão do Estado, indeterminadamente, "aos desígnios do povo". No artigo 18, assevera-se, sem finalidade prática nem eficácia jurídica, que "o povo brasileiro é o sujeito da vida política e da história nacional. E no art. 19 a fórmula tradicional e correta de conceituação dos brasileiros natos e naturalizados é acrescida da cláusula inútil de que "pertencem ao povo do Brasil".

Outras regras inadequadas poderiam ser vistas, como a que, no artigo 12, não se limita a justa proibição da tortura, e a define de modo discursivo, além de invadir o âmbito da lei ordinária. Não se pretende, porém, desmerecer o esforço dos Constituintes e da Comissão de Sistematização. O objetivo é de colaboração para esboçar o texto constitucional de excessos prejudiciais a seu perfil e a sua autoridade. A experiência e a doutrina ensinam que a Constituição não é repositório de princípios rígidos, nem de pormenores, que a deformam e enfraquecem. Sem dúvida, os textos fundamentais modernos ampliaram-se, para abranger novos fatos e relações da vida associada. Algumas constituições são bastante extensas, como a da Iugoslávia com 406 artigos e a de Portugal contando 300, e as disposições finais e transitórias. A ampliação dos instrumentos constitucionais não significa, porém, que devam ser carregados de regras minuciosas. Particularidades em demasia desfiguram as constituições e lhes reduzem a força política e normativa.

A técnica constitucional recomenda que o conjunto do texto seja um sistema lógico,

jurídico e político, de princípios básicos. A coerência entre tais mandamentos é indispensável como garantia de eficácia de todo o complexo estruturado. Assim a constituição contemporânea, ao lado da parte orgânica, pode dispor sobre situações emergentes do desenvolvimento social e tecnológico, como as relativas à igualdade entre o homem e a mulher, as pertinentes ao uso da informática e à proteção do meio ambiente, ou tocantes ao trabalho e à reforma agrária. Sempre, as normas deverão ser essenciais e genéricas, para que possam ajustar-se às transformações supervenientes. Dai a exigência técnica de elaboração ponderada, superior a preconceitos e paixões.

O rigor técnico, subordinado à consideração de objetividade das normas, valoriza a constituição, inclusive evitando que nela se inscreva o que razoavelmente não pareça exequível. A constituição não é cartilha de promessas enganosas, mas condensação de preceitos eficazes. Não deve iludir a coletividade, antes garantir-lhe conquistas realizáveis. Nestor Duarte, um socialista, advertiu, na Assembleia Constituinte de 1946, que "o pior vício mental que pode assaltar o legislador é o de confundir o impulso de reformas necessárias com audiências perigosas. Quando ele se deixa tomar desta timidez, não passa de um conservador vacilante e desconfiado". Atente nessa ponderação insuspeita o constituinte de 1987. O anseio de progresso e de justiça, realmente, não se efetiva por meio de regras abstratas e temerárias. Projeta-se em instituições estáveis, aptas a criar bem-estar e paz.

Josaphat Marinho é jurista e ex-senador pela Bahia